

CORREIO PAULISTA

Divulgação MPSP



Oliveira e Costa e subsecretário assinaram documento

MPSP e Buenos Aires no combate ao racismo no esporte

O MPSP firmou acordo com a Secretaria de Segurança de Buenos Aires para atuação conjunta no combate à violência no esporte. A parceria prevê troca de informações para prevenir conflitos entre torcidas em jogos de clubes e seleções, além do acompanhamento de estratégias adotadas em grandes eventos. A iniciativa fortalece a cooperação internacional e o intercâmbio de boas práticas de segurança, ampliando mecanismos de prevenção, inteligência e resposta integrada das autoridades em partidas de futebol, eventos de massa e manifestações populares. O acordo também busca aprimorar protocolos de atuação, antecipar riscos e reforçar a articulação entre órgãos de persecução penal e forças de segurança.

Corrupção na Tributária do Butantã

O GEDEC realizou operação de busca e apreensão para aprofundar investigações sobre um esquema de corrupção na Delegacia Regional Tributária do Butantã, desdobramento da Operação Ícaro, que apura fraudes na área fiscal estadual. Empresas teriam pago propina para obter facilidades no ressarcimento de créditos de ICMS-ST. Foram apreendidos US\$ 68 mil, R\$ 288 mil e R\$ 1,8 milhão em bitcoins. O caso corre sob sigilo.

Rodrigo Romeiro



Encerramento dos debates sobre o intercâmbio cultural

Conexão cultural entre Brasil e Cuba

A Alesp sediou a atividade “Democratização do Projeto Insurgente: Conexões Brasil x Cuba”, que marcou o encerramento de um ciclo de debates sobre intercâmbio cultural entre os dois países. A iniciativa destaca a arte como instrumento de resistência, identidade negra e periférica e defesa de políticas públicas culturais. O projeto, apoiado pelo ProAC, atua no Brasil e em outros países do Sul global, fortalecendo redes culturais, ocupando espaços institucionais e ampliando o acesso a editais, formações e oportunidades para artistas e coletivos.

Hospitais e investimentos na Saúde

Deputados da Alesp realizaram a 6ª Sessão Ordinária de 2026 com debates sobre investimentos na Saúde e a necessidade de novos hospitais psiquiátricos. Também foram discutidos projetos relacionados à Educação, enchentes no Interior e aposentadoria no serviço militar. Parlamentares de PT, PL e Podemos participaram dos pronunciamentos no Pequeno e no Grande Expediente.

Emissão industrial

A transição energética avança na indústria paulista com a implantação de biometano na fábrica da Natura, em Cajamar. O combustível abastece uma caldeira e parte da frota logística. Com licença da Cetesb, já representa cerca de 45% da energia usada na principal unidade da empresa na América Latina.

150 agressores

A Polícia Civil realiza a Operação M – Carnaval Seguro para cumprir mais de mil mandados de prisão contra agressores de mulheres em todo o estado. A ação já resultou na prisão de 150 condenados e na apreensão de armas irregulares, com cerca de mil policiais mobilizados para retirar foragidos das ruas.

150 agressores II

No fim de 2025, operação com o mesmo foco cumpriu 562 mandados de prisão contra agressores em todas as regiões paulistas. A ofensiva mobilizou mais de 1,8 mil policiais civis e prendeu 18 homens em flagrante, com maior número de detenções na Grande São Paulo, reforçando o combate à violência.

Magistratura

O Tribunal de Justiça de São Paulo publicou no Diário Eletrônico da Justiça do Estado de São Paulo, o edital de convocação para a segunda etapa do 192º Concurso de Ingresso na Magistratura, composta por provas discursiva, de sentença criminal e de sentença cível. As provas serão realizadas nos dias 1º e 2 de março.

Magistratura II

O certame, que prevê o preenchimento de 220 vagas para o cargo de juiz substituto, é composto de cinco etapas: prova objetiva seletiva; provas discursiva e de prática de sentença; de sindicância de vida pregressa, exames de sanidade física e mental avaliação psicológica; prova oral e análise de títulos.

Selo Parceiro

A Fundação CASA lançou o Selo Parceiro da Socioeducação para reconhecer pessoas, empresas, órgãos públicos e entidades que desenvolvem ações voltadas a adolescentes em medidas socioeducativas. O selo será anual e contemplará projetos nas áreas de educação, trabalho, cultura, esporte e inclusão.



Reunião de terça-feira foi presidida pelo dep. Gilmaci Santos

Projeto de Lei proíbe criação de ‘nudes’ falsos com IA

Prática cria imagem de pessoas nuas a partir de fotos originais

Por Redação

A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou, na terça-feira (10), parecer favorável ao projeto que proíbe o uso de Inteligência Artificial (IA) para a criação de “deep nudes” — imagens e vídeos manipulados que expõem pessoas nuas ou em trajes sensuais sem consentimento. A proposta, de autoria da deputada Marta Costa (PSD), segue agora para votação em Plenário.

A prática ganhou repercussão após usuárias da rede social X denunciarem a manipulação de fotos por ferramentas de IA. Embora o texto tenha sido protocolado antes desses episódios, o objetivo é coibir a produção e a disseminação de conteúdos falsos de caráter íntimo, que podem causar danos morais, psicológicos e sociais às vítimas.

Na justificativa, a deputada afirma que o avanço tecnológico e a popularização de programas cada vez mais sofisticados ampliam os riscos à privacidade e à dignidade das pessoas. O projeto proíbe o desenvolvimento, a distribuição, a comercialização, a promoção ou o uso de sistemas de IA criados ou adaptados para esse fim.

A proposta também prevê a responsabilização de plataformas digitais pela identificação e remoção do material irregular, além

da adoção de mecanismos para bloquear aplicativos e programas que violem a legislação estadual.

Durante a reunião, o colegiado também aprovou iniciativas voltadas à área social. Entre elas, o Programa de Conscientização sobre Trissomia 21, previsto no PL 124/2024, de Andréa Werner (PSB).

A medida busca orientar pais e responsáveis sobre aspectos genéticos da Síndrome de Down, estimular a inclusão e reforçar informações sobre direitos e acesso a serviços como saúde, educação, trabalho e lazer.

Outro projeto aprovado foi o PL 314/2022, da ex-deputada Damaris Moura, que institui o Programa de Inclusão Digital para Idosos, com foco na ampliação do acesso às tecnologias, capacitação e promoção da autonomia dessa população.

Também recebeu aval o PL 1394/2023, do deputado Leonardo Siqueira (Novo), que cria o Programa Aluno Presente. A proposta prevê o uso de mecanismos de incentivo comportamental, como o envio de mensagens a pais e estudantes, para estimular o engajamento nas atividades escolares, fortalecer o vínculo com a escola e reduzir índices de abandono e evasão.

As propostas seguem em tramitação na Assembleia antes de eventual votação final e encaminhamento para sanção do Executivo.